

Outros Tempos, vol. 11, n.18, 2014 p. 208-232. ISSN:1808-8031

***O HOMEM BENFAZEJO:*** Bibliotheca Constitucional do Cidadão Brasileiro, Mercado Editorial, Cidadania e a Construção do Império Brasileiro, Rio de Janeiro 1831–1832<sup>1</sup>

***THE BENEFICENT MAN:*** the Bibliotheca Constitucional do Cidadão Brasileiro Editorial market, Citizenship, and the Construction of the Brazilian Empire, Rio de Janeiro 1831–1832.

***EL HOMBRE GENEROSO:*** Biblioteca Constitucional del Ciudadano Brasileño, Mercado Editorial, Ciudadanía y Construcción del Imperio Brasileño, Rio de Janeiro, 1831-1832

LUIZ FERNANDO SARAIVA

Professor do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil, e-mail:

[saraivalf@uol.com.br](mailto:saraivalf@uol.com.br)

**Resumo:** O período delimitado pela transmigração da Família Real Portuguesa e o processo de independência, construção e consolidação do Estado Brasileiro no segundo quartil do século XIX foi marcado por grande efervescência política, social e cultural. As indefinições dos diversos grupos sociais que aqui se encontraram a partir de 1808 encontraram eco na ausência de um projeto único de nação, na estranheza das populações quanto as formas de governo e sociedade aqui encontrada e desejada. Parte dessa efervescência se deu no esforço de construir uma civilização adequada aos padrões vigentes, oscilando em relação ao lugar das ideias importadas ou nacionais. Diversos intelectuais – de diferentes estratos sociais – buscaram um projeto de nação e as formas de como implementá-lo. Parte desse esforço pode ser visto em parte das vidas de Pierre (Seignot) Plancher e José Francisco Xavier Sigaud e na publicação da coleção Bibliotheca Constitucional do Cidadão Brasileiro entre os anos de 1831 e 1832 que marca o retorno de Plancher a França e ainda a interrupção das atividades editoriais de Sigaud.

**Palavras-Chave:** Mercado Editorial. Tipografia. Caixa Econômica.

**Abstract:** The period defined by the transmigration of Portuguese Royal Family and the process of independence, construction and consolidation of the Brazilian State in the second quarter of the 19th century was marked by great political, social and cultural movement. The uncertainties of the various social groups reunited here from 1808 on echoed in the absence of a single national project as much as in the discomfort of these people about the forms of government and society found and wanted here. Part of this movement happened by the effort to build a civilization suited to the current standards, hovering about the place of imported or domestic ideas. Several scholars - from different social origins and strata - sought a national project and ways to implement it. Part of this effort can be seen in the lives of Pierre (Seignot) Plancher and José Francisco Xavier Sigaud and in the publication of the Bibliotheca Constitucional do Cidadão Brasileiro collection between 1831 and 1832, which marks Plancher's return to France and the interruption of Sigaud's editorial activities.

**Keywords:** Editorial market. Typography. Caixa Econômica.

**Resumen:** El periodo delimitado por la transmigración de la Familia Real Portuguesa y el proceso de independencia, construcción y consolidación del Estado Brasileño en el segundo cuarto del siglo XIX fue señalado por gran efervescencia política, social y cultural. Las indefiniciones de los diversos grupos sociales que aquí estuvieron a partir de 1808, encontraron eco en la ausencia de un proyecto único de nación, en el desconocimiento de las poblaciones cuanto a formas de gobierno y sociedad aquí situada. Parte de este alboroto, se dio para construir una civilización adecuada a los padrones en vigor, oscilando en relación al lugar de las ideas importadas o nacionales. Diversos intelectos - de

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em 14/09/2014 e aprovado para publicação em 26/10/2014.

diferentes níveis sociais- buscaram um projeto de nação e as formas de como implementá-lo. Esse esforço pode ser observado em partes de as vidas de Pierre (Seignot) Plancher e José Francisco Xavier Sigaud e na publicação de a coleção *Bibliotheca Constitucional do Cidadão Brasileiro* entre os anos de 1831 e 1832 que sinala a volta de Plancher a França como também a interrupção de as atividades editoriais de Sigaud.

**Palabras clave:** Mercado Editorial. Tipografia. Caixa de Ahorros.

## Introdução

Em 1819 foi publicado na França uma pequena ‘novela’ chamada *Des bons effets de la caisse d’épargne et de prévoyance ou les trois visites de M. Bruno*, de autoria de Pierre-Édouard Lémontey. A obra foi lançada às expensas da Caixa Econômica de Paris e reeditada em 1821, 1832 e 1833. Foi traduzida e publicada no Brasil, especificamente, no Rio de Janeiro, rapidamente, conforme podemos ver na notícia veiculada no *Diário do Rio de Janeiro* em 19 de junho de 1832:

Sahio a luz em casa de **Seignot Plancher** e Comp., o volume 12 da **Bibliotheca Constitucional do Cidadão Brasileiro**, contendo huma linda novella intitulada *O Homem Bemfazejo*, ou das vantagens que resultão da fundação da Caixa Econômica para os Povos Civilizados, pelo Sr. **Lémontey**, Socio Titular da Academia Francesa, publicada pelo Doutor J.F.X. **Sigaud**, preço 160 rs<sup>2</sup>.

Pelo trecho acima, essa publicação envolveu então um projeto de “coleção” e três “personagens” franceses no Brasil do início do século XIX: A coleção *Bibliotheca Constitucional do Cidadão Brasileiro*; o já citado Pierre-Édouard Lémontey; o editor e proprietário da *Typografia Seignot Plancher e Comp.* Pierre Plancher e o médico José Francisco Xavier Sigaud. Se o projeto de Coleção e o primeiro “personagem” tiveram poucos “ecos” em nossa história, os dois últimos tiveram um espaço significativo na construção de um embrionário campo intelectual no país.

Aparentemente, o livro e a coleção tiveram uma trajetória bastante “curta” no Brasil, mesmo entre o público leitor do século dezenove. Nesta pesquisa, identificamos algumas poucas notícias na imprensa do Rio de Janeiro depois do lançamento do livro em 1832. Também não encontramos nenhuma referência à obra ou à *Bibliotheca* em outros textos

---

<sup>2</sup>A notícia foi publicada também no Jornal *Correio Mercantil* do dia 16 de junho de 1832, *grifos nossos*, fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, acessível em <http://hemerotecadigital.bn.br/> (doravante, todos os jornais citados serão extraídos desse endereço). O texto foi publicado posteriormente com algumas alterações na *Folhinha do Simplicio Poeta: para uso de todos os Cidadãos do Império do Brasil* em 1833, e também pela Typographia Imperial de Seignot-Plancher conforme veremos mais à frente.

Outros Tempos, vol. 11, n.18, 2014 p. 208-232. ISSN:1808-8031

do período. Os dois últimos (a Coleção e Lémontey) não são citados entre aqueles que estudaram a Tipografia de Plancher, ou a obra de Sigaud, ou ainda os livros publicados à época<sup>3</sup>.

Mesmo do ponto de vista literário, o texto tampouco desperta grande atenção. Livro “pequeno” tanto em conteúdo como em tamanho – já que era uma publicação *In-32* com cerca de 40 páginas –,<sup>4</sup> e a sua importância então deve ser entendida na interessante “rede de personagens” que envolveu a publicação do *Homem Bemfazejo* e nas idiossincrasias que a obra remete, pois estas nos permitem lançar alguma luz sobre a formação de um campo intelectual no país.

Para tanto, vamos buscar uma análise sumária dos nossos “personagens” para tentar compreender a “obra” e tentar lançar algumas luzes ao “contexto” no qual o país vivia, particularmente, entre os primeiros anos da década de 1830.

## Personagens

O primeiro “personagem” teve efetivamente pouca relação com o Brasil tanto que, ao que nos consta, nenhuma outra de suas obras foi publicada no Brasil até os dias de hoje. A exceção foi justamente a publicação de 1832, um de seus textos menos representativos.

Pierre-Édouard Lémontey (1762-1826) nasceu em Lyon, tendo participado de várias etapas da Revolução Francesa – foi membro do Comitê Provisório de sua cidade natal ainda em 1789. Participou da Assembleia geral ao lado dos constitucionais moderados em 1791, saiu de Paris em 1792 com a derrubada da Monarquia, participando da revolta de Lyon em 1793 quando se exilou na Suíça até 1795. Foi membro da *Académie Française* (1819) e autor de obra profícua, realizando desde estudos históricos, escritos políticos em defesa dos protestantes, dos *emigrees* e do governo constitucional, passando pela crítica literária e, até os que nos interessa particularmente nesse estudo, àqueles ligados a uma “sociologia do trabalho” onde *Des bons effets...* se “encaixa”.

<sup>3</sup> Entre os estudiosos de Plancher que utilizamos em nossa pesquisa, cf. PACHECO, Félix. *Plancheriana: anotações ao catálogo dos livros editados em Paris pelo fundador do Jornal do Commercio, antes de sua vinda para o Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1930; MOREL, Marco. “Revoluciones y libros: el comercio político de la cultura en el imperio de Brasil”. *Istor: Revista de Historia Internacional*, Cidade do México, v. 9, p. 8-29, 2002 e FUTATA, Marli Delmônico de Araújo. *Imprensa e Educação: Pierre Plancher e a ação político-educativa do Jornal do Commercio no final do Primeiro Reinado*. (dissertação de mestrado), Maringá, Paraná, Universidade Estadual de Maringá, 2008.

<sup>4</sup> Em espanhol, diz-se *treinta y dos avo* ou seja, o tamanho aproximado do livro é de 8 cm de comprimento por 4 cm de largura – mais ou menos do tamanho de uma caderneta.

Segundo estudo de François Vatin, Lémonteyfoi, pioneiro na crítica da escola econômica liberal, preocupando-se com os efeitos deletérios que a expansão econômica da revolução industrial estava operando na Europa, colocou-se junto com Jean-Charles-Léonard Simonde de Sismondi (1773-1842), Eugène Buret (1810-1842) e outros, contra o pensamento liberal inglês, denunciando a alienação que o trabalho assalariado e, principalmente, a divisão do trabalho promovia nas classes laboriosas<sup>5</sup>.

Sua principal obra sobre o tema do nascente trabalho industrial na França e Europa foi publicada em 1801 sob o título de *Raison, folie, petit cours de morale mis à la portée des vieux enfants* (que poderia ser traduzido livremente por *Razão, loucura, pequeno curso de moral ao alcance de crianças mais velhas*).<sup>6</sup>

Envolveu-se por conta dessa publicação em polêmica com Jean Batiste de Say, a quem acusou de plagiar sua visão sobre os efeitos deletérios que a “divisão do trabalho” promovia. Esta polêmica foi anotada por Karl Marx no seu livro *Miséria da Filosofia*, e no trecho citado por Marx, Lémontey diz:

O sr. J. B. Say deu-me a honra de adotar em seu excelente tratado de economia política, o princípio que enunciei no trecho sobre a influência moral da divisão do trabalho. O título um tanto frívolo de meu livro não lhe permitiu sem dúvida citar-me. Não posso atribuir senão a esse motivo o silêncio de um escritor com recursos suficientemente abundantes para não confessar um empréstimo tão modesto<sup>7</sup>.

A crítica tem procedência, pois o livro *Tratado de Economia Política* de Jean-Baptiste Say é de 1803, portanto, dois anos depois do livro de Lémontey. No caso, porém, Marx chama à atenção de que foi o filósofo Adam Ferguson (1723-1816) o primeiro pensador a anotar críticas às consequências que a “divisão do trabalho” provocava entre os trabalhadores das manufaturas e indústrias. Marx comenta ainda em *O Capital* que Ferguson, tendo sido professor de Adam Smith, teria iniciado essa “linhagem teórica”:

A. Smith, *Wealth of Nations*, livro V, cap I, a11. II, Como discípulo de A.Ferguson, que expôs os efeitos nocivos da divisão do trabalho, A. Smith via isto muito claramente. Na introdução de sua obra, onde se festeja ex professo à divisão do trabalho, limita-se a assinalá-la acidentalmente como fonte das desigualdades sociais. E no livro V, quando trata da renda do Estado, onde reproduz a doutrina de Ferguson. Em minha obra *Misère de la Philosophie* eu disse o quanto achava

<sup>5</sup> VATIN, François. « Romantisme économique et philosophie de la misère en France dans les années 1820-1840 ». *Romantisme Revue du dix-neuvième siècle*, n° 133, p. 35-47, também do mesmo autor « Pierre-Édouard Lémontey, l'invention de la sociologie du travail et la question salariale ». *Revue du Mauss*, n° 27, premier semestre, p. 398-420, 2006, disponíveis em [www.persee.fr](http://www.persee.fr).

<sup>6</sup> Não conseguimos a versão original publicada em 1801, somente temos a versão publicada nas *Obras Completas*, cf. LÉMONTEY, Pierre-Édouard. (*Euvres*, Paris, Sautetlet, 1829, 5 vol).

<sup>7</sup> Em Marx, o texto aparece na página 95, *Miséria da Filosofia Resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon*. Tradução e Introdução de Miguel Macedo. Editora Flama Ltda. São Paulo, 1946 e remete às obras completas de Lémontey, no tomo I, pág. 245, Paris, 1840.

necessário a relação teórica que existia entre **Ferguson, A. Smith, Lémontey e Say**, em sua crítica à divisão do trabalho, ao mesmo tempo que estudou a divisão manufatureira do trabalho como forma específica do regime capitalista de produção<sup>8</sup>.

Resgatando a crítica de Lênin ao pensamento de Sismondi, a quem acusou de *romântico*, François Vatin nomeia esses pensadores franceses (Sismondi, Buret, Say e o próprio Lémontey) como *economistas românticos*, chamando à atenção de que eles buscavam minimizar os males causados pela rápida industrialização europeia no período a partir de ações moralizantes e ligadas a uma construção idealizada do passado<sup>9</sup>.

Ao final de sua vida Lémontey publicou *Des bons effets*, tendo como personagem central Monsieur Bruno, com alguns conselhos para criação de *Caisse d'épargnes et de prévoyance*, ou seja, as Caixas Econômicas como forma de se ampliar as formas de associativismo das *classes laboriosas* para além das irmandades e mesmo dos montepios. Segundo o personagem criado por Lémontey, “*O Monte Pio(...)*he sobre o caminho do hospital; mas a Caixa Economica he o caminho que conduz a huma vida socegada, feliz e honrada”<sup>10</sup>.

Conforme veremos na parte final desse estudo, a visão de Pierre-Édouard Lémontey dizia muito sobre as condições de trabalho e o complicado contexto contrarrevolucionário vivido pelo continente europeu, mas pouco sobre a também complexa, embora diversa, realidade que se esboçava no Brasil.

Já Pierre René François Plancher (1779-1844) é bastante conhecido pelos estudiosos da história do livro no Brasil, desde o pioneiro estudo de Felix Pacheco em 1930 até os estudos mais atuais. Editor, impressor, tipógrafo e homem de letras, Plancher nasceu em 1779 na região de Mans, tendo se mudado para o Brasil em 1824, fugindo de perseguições políticas na França. Aprendiz de tipógrafo desde os 10 anos de idade (quando do início da Revolução Francesa), publicou um grande número de obras, tendo se tornado um importante *livreiro-editor* em Paris. Assumiu uma posição de defesa das ideias iluministas e politicamente apoiou o liberalismo constitucional com grande admiração por Napoleão Bonaparte que, em parte, foi transferida para D. Pedro I aqui no Brasil.

<sup>8</sup> MARX, K. *O Capital*, I, 4, c.12, "Divisão do trabalho e manufaturas", *Grifos nossos*.

<sup>9</sup> VATIN, François. *Romantisme économique*, op cit.

<sup>10</sup>As indicações das páginas originais do livro estão disponíveis na versão on-line da FOLHINHA DO SIMPLÍCIO POETA (1833). Disponível em: <cf. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=xx2028&pasta=ano%20183&pesq>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

No Rio de Janeiro, a presença de livreiros franceses já era muito significativa e foi alvo de diversos estudos. Antes mesmo da chegada de Plancher ao Brasil tivemos como livreiros de origens francesas Paulo Martin e Jean-Baptiste Bompard, estudados por Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves<sup>11</sup>. Plancher permaneceu no Brasil entre os anos de 1824 a 1834 quando retornou à França. Aqui editou grande número de livros, panfletos, peças de teatro, *folhinhas* e dois jornais de expressão: o primeiro foi *O Spectador Brasileiro* publicado entre 1824 e 1827 e o segundo *O Jornal do Commercio*, iniciado em 1827 e que se tornou um dos mais importantes jornais do país no século XIX.

Politicamente, Plancher alinhou-se ao imperador D. Pedro I, tendo inclusive recebido o título de *Impressor Imperial*. No confuso período que esteve no país, envolveu-se em conflitos com liberais exaltados brasileiros que o acusaram de *corcunda* (ou conservador) e, ainda, com portugueses, por parecer crítico ao governo mais centralizador e conservador dos últimos anos do Imperador. Sofreu dezenas de críticas a sua atuação política, o que acabou resvalando no seu papel de editor e impressor, como na notícia que vemos publicada no *Diário do Rio de Janeiro* em seu nº 11, em 13 de agosto de 1830 que “*Avisa se a qualquer Sr. Impressor de Folinhas para o anno de 1831, queira anunciar aonde o publico as deve procurar, com tanto que não sejam as de Plancher, que deste impressor, nada.*”

Com a Revolução de 1830 na França, o ambiente de perseguições políticas arrefeceu ao mesmo tempo, no Brasil, os conflitos políticos pela posição de Plancher em defesa de D. Pedro I e depois da abdicação deste mantinham-se, e o seu trabalho de editor e impressor continuava a ser questionado, como podemos ver na notícia abaixo, publicada no mesmo jornal nº 18, em 24 de janeiro de 1832: “*Sahio a luz o n7 da Matraca dos Farroupilhas he de todas a que mais irrita'ra os Escravos da Europa. Já não se vende em casa de Mr. Plancher e sim nas lojas do costume*”.

No mesmo ano passou a administração de seu jornal para dois conterrâneos seus, Junius Villeneuve e Réol Antoine de Mougnot, com a condição de continuar à frente da Tipografia e do jornal – já que os novos proprietários não possuíam experiência no ramo. Nesse período, as críticas ao Jornal e à Tipografia de Plancher quase desaparecem da imprensa, o que demonstra uma *transição* na administração do jornal. Em fevereiro de 1834,

---

<sup>11</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Comércio de livros e censura de idéias: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)” *Ler História*. Lisboa, 23:61-78, 1993 e da mesma autora “As Belas Letras na Livraria de Jean Baptiste Bompard (1824-1828)” *História* (São Paulo. Online), v. 32, p. 79-98, 2013.

Outros Tempos, vol. 11, n.18, 2014 p. 208-232. ISSN:1808-8031

Plancher retorna à França, onde irá retomar a sua carreira de editor-livreiro, vindo a falecer dez anos depois<sup>12</sup>.

O nosso último “personagem” foi o médico José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856). Nascido em Marselha, foi bacharel em Letras, tendo se formado também em Medicina em Estrasburgo, em 1818. Segundo seus biógrafos, sofreu perseguições políticas durante o reinado de Carlos X (1824-1830), o que o fez vir ao Brasil em 1825, tendo se estabelecido no Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores do Jornal *Aurora Fluminense*, em 1827. A ligação entre Sigaud e Plancher data dessa época e teve grande importância, segundo o estudo de Luís Otávio Ferreira:

A dupla Sigaud-Plancher tem grande importância para a história do livro e da imprensa no Brasil do Primeiro Reinado e do período regencial. Foi deles, por exemplo, a iniciativa de fundar, em 1827, o famoso **Jornal do Commercio**. Além disso, foram os pioneiros no gênero do periodismo médico-científico, cujo marco inicial foi O Propagador das Ciências Médicas, que circulou no Rio de Janeiro entre 1827 e 1828<sup>13</sup>.

Atuou intensamente em atividades editoriais e científicas, sendo um dos criadores da *Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro*, em 1829. Lançou e editou o jornal dessa Associação entre 1831 e 1835 (*O semanário da Saúde Pública*), durante a publicação do *Homem Bemfazejo*. Em 1833 havia se tornado médico honorário da Família Imperial, em 1840 efetivado como *Médico da Imperial Câmara* e, em 1844, *Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro*.

Teve intensa produção de textos até 1835, quando aparentemente cessa sua produção nos jornais da Corte ou na *Sociedade de Medicina* que ajudou a criar. Somente volta a publicar a partir de 1843, e, ao que parece, essa “interrupção” pode ser relacionada a sua atuação como médico do Imperador e/ou a doença de sua filha, que acaba por ficar cega. Certamente influenciado pela doença da sua filha, foi um dos criadores do *Imperial Instituto dos Meninos Cegos* em 1854, atual Instituto Benjamin Constant.

Voltou a França entre 1843 e 1844, quando apresentou *Sur les progrès de la géographie au Brésil et sur la nécessité de dresser une carte générale de cet Empire* ao Instituto Histórico da França. Na volta ao Brasil, retomou sua produção intelectual durante as décadas de 1840 e 1850, que nos interessam menos nesta pesquisa. Sigaud publicou diversas

---

<sup>12</sup>FUTATA, *Imprensa...* op. cit.

<sup>13</sup>FERREIRA, Luiz Otávio. “José Francisco Xavier Sigaud: um personagem esquecido, uma obra reveladora”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro: Fiocruz, vol.5, n.1, 1998, pp. 125-126.

Outros Tempos, vol. 11, n.18, 2014 p. 208-232. ISSN:1808-8031

obras no Brasil e na França, principalmente sobre medicina e elogios aos companheiros médicos da *Sociedade*<sup>14</sup>.

Sabemos ainda que Sigaud fez a tradução da obra de Lémontey e, aparentemente, foi ele quem propôs a publicação de tal livro. Ao que parece Sigaud também se dedicou a tradução de outras obras literárias, algumas desconhecidas pelos seus biógrafos.<sup>15</sup> Por exemplo, no diário do Imperador D. Pedro II vemos o monarca afirmando que “*Depois de levantar-me da mesa, descansei para poder, com proveito, ouvir ler, por Mr. Sigaud, algumas páginas da agradável obra de Victor Hugo, intitulada ‘Le Rhin’*”<sup>16</sup>.

Foi o único de nossos “personagens” que escolheu viver no Rio de Janeiro, onde acabou por falecer em 1856. Ao que parece, Sigaud não teve atuação destacada na política após o período em que chegou ao Brasil (1825) até o fim de sua associação a Plancher (1835) ou, talvez, não se envolveu em conflitos na imprensa como este. Também a sua trajetória nas décadas seguintes aproximou-se dos ideais do “partido da ordem” que se espalhou no país, sendo a sua proximidade ao imperador e sua nobilitação indicações disso<sup>17</sup>.

### **A obra e seu contexto**

Conforme dito anteriormente, a publicação do livro de Lémontey no Brasil deu-se em 1832, e a recepção à obra mereceu poucas referências na imprensa, sendo repetida de maneira protocolar em vários periódicos da Corte, durante alguns meses do ano. Diferentemente de outras obras que provocaram polêmicas ou grande furor entre os leitores, e, por isso mesmo, foram comentadas na imprensa, a publicação do *Homem Bemfazejo* rapidamente caiu em esquecimento.

Republicada no ano seguinte na *Folhinha do Simplicio Poeta*, espécie de almanaque que trazia como subtítulo “*Para uso de todos os cidadãos brasileiros no ano de*

---

<sup>14</sup>FERREIRA, “José Francisco Xavier Sigaud”...op. cit.

<sup>15</sup>*Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>) verbete SIGAUD, José Francisco Xavier, pesquisa de Maria Rachel Fróes da Fonseca e Rodrigo Borges Monteiro acessado em 08/03/2014.

<sup>16</sup>BEDIAGA, Bedonha. *Diário de D. Pedro II*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999 (CD-ROOM), dia 23 de Julho de 1842.

<sup>17</sup> Sobre a construção da estabilidade política nos anos de 1840 e 1850, cf. o clássico livro de Ilmar R. Mattos. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

Outros Tempos, vol. 11, n.18, 2014 p. 208-232. ISSN:1808-8031

1833”, a pequena novela ficou “perdida” no final da edição, entre uma seção de *Calendário* (contendo os dias de *grande e pequena Gala*) e outra contendo *Anedotas Galantes*<sup>18</sup>.

A publicação no Brasil apresentou algumas poucas diferenças em relação ao texto original que tivemos acesso nas *Œuvres Completes* de Pierre-Édouard Lémontey, publicada após a sua morte em 1829. A primeira, obviamente, refere-se ao título em francês, na 1ª edição teve o título *Des bons effets de la caisse d'épargne et de prévoyance ou les trois visites de M. Bruno* (*Dos Bons Efeitos da Caixa Econômica e da Previdência ou as Três Visitas do Senhor Bruno*, em tradução livre). Já na versão póstuma, o título simplesmente era *Des bons effets de la caisse d'épargne et de prévoyance*, sem menção às três visitas. Já na obra publicada no Brasil, o título completo era *O Homem Bemfazejo, ou Das Vantagens que Resultão da Fundação da Caixa Economica, para os Povos Civilizados*<sup>19</sup>.

A introdução do termo *Homem Bemfazejo*, no título francês *d'hommes bienfaisans*, que também poderia ser traduzido por *benfeitores* como aparece diversas vezes ao longo do texto na versão francesa, demonstra o forte caráter paternalista da obra. Bemfazejo ou benfeitores serão àqueles homens ricos que tocados pela religião e moral irão dedicar parte de suas vidas (ou toda como no caso do Monsieur Bruno) à tarefa de instruir o *povo*.

A modificação das outras partes do título, como das *Vantagens que resultam (...)* *para os povos civilizados*, também adquire no Brasil um sentido maior do que seria possível e necessário na França. Questões como a Escravidão, populações indígenas em diferentes estágios de contato com a sociedade imperial, grupos marginalizados nos sertões não se colocavam, ou se colocavam de maneira menor para os Franceses. Reforçar a ideia de Povo Civilizado adquiria grande importância no caso brasileiro, onde a díade Sertão *versus* Civilização tinha uma importância formativa de nossa identidade<sup>20</sup>.

<sup>18</sup> Assim a obra foi considerada pela Biblioteca Municipal do Porto, cf. <http://bibliotecas.cm-porto.pt/ipac20/ipac.jsp?session=138F54W71A224.2211&profile=bmp&uindex=SW&term=Almanaques%20--%20Brasil&aspect=subtab13&menu=search&source=~!horizon> acessado em 04/03/2014. Já o *Diccionario Bibliographico Portuguez* o considera como um *Jornal jocoso* e dá notícia de que 9 números foram publicados pela tipografia de Seignot-Plancher a partir de 1831, cf. SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, VI vols., 1860, p. 487 (vol. V).

<sup>19</sup> Procuramos as versões publicadas em 1819, 1821, 1832 e 1833 em bibliotecas no Brasil e não tivemos sucesso. Entendemos, no entanto, que o cotejamento com os originais não iria trazer grandes modificações às análises aqui estabelecidas.

<sup>20</sup> Na França cf., por exemplo, a ‘estória’ de *Victor de l'Aveyron*, uma criança ‘selvagem’ encontrada em uma região rural do sul (Saint-Serin) e que viveu entre 1788 e 1828 provocando grande impacto na sociedade da época. MALSON, Lucien. *Les Enfants Sauvages*. Editora 10/18: Paris, 1964. No Brasil, a dicotomia entre Sertão e Civilização já foi diversas vezes estudadas para época e regiões próximas a cidade do Rio de Janeiro, cf. FRIDMAN, Fânia. “Freguesias fluminenses ao final do Setecentos”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 1, p. 97-112, 2009.

A publicação brasileira apresentou ainda uma *nota dos editores* em que Plancher e Sigaud afirmam que a intenção da publicação foi a mesma de Lémontey, ou seja, a de instruir o povo oferecendo uma história “*franca, simples e moral*”. A obra teria o intuito de estimular instituições como a Caixa Econômica que aumentaria o bem “*físico e moral do povo*” sendo, portanto, patriótica. Por fim, a obra queria ainda contribuir para o aumento do número de acionistas da Caixa Econômica do Rio de Janeiro ou da capital do Império, o que, segundo os editores, já vinha acontecendo desde então.

Ao final da primeira versão em português, a obra apresenta um modelo de *Estatuto* propondo a criação de uma Caixa Econômica. Aparentemente, esse *Estatuto* existia na primeira versão publicada ainda em 1819, mas não na versão de 1829 que tivemos acesso, então não podemos afirmar em que se diferenciava da versão francesa original.

Na versão publicada em 1833, na *Folhinha do Simplicio Poeta*, aparece ainda uma *Tabella* que não consta do original de 1832, onde se demonstrava aos possíveis acionistas as quantias que eles teriam por ano, caso ingressassem com capitais variados e contribuíssem com valores semanais (supondo-se o vencimento de juros simples de 1% ao mês).

A tradução da obra merece ainda alguns reparos que serão feitos aqui e ao longo do texto. A correção da tradução feita por Sigaud diz muito sobre as mudanças da língua portuguesa ao longo dos últimos 200 anos e pouco em relação às mudanças da língua francesa. O cotejamento da tradução indicou diversas palavras que caíram em desuso (como o próprio título *bemfazejo*), mas também algumas escolhas que indicam alguma adaptação à realidade brasileira.

Apesar da tradução explicitamente não se propor a adaptar à realidade do país, não fazendo referências a escravidão, por exemplo, ou a outras questões, certos termos foram modificados ou escolhidos para a melhor compreensão no Brasil. Palavras como *ouvrier* que pode ser traduzida como trabalhador, foi vertida na versão em português feita por Sigaud como *oficiais*, para diferenciar talvez das experiências de trabalhadores escravos urbanos especializados, ou ainda as estruturas das Corporações de Ofício que ainda eram fortes no Brasil e, particularmente, no Rio de Janeiro, apesar de formalmente extintas pela constituição de 1824<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro cf. o estudo de Luiz Carlos Soares, *O Povo de Cam na capital do Brasil. A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ - Editora 7 Letras, 2007 e sobre as Corporações de Ofício no Brasil o estudo de Mônica Martins *Entre a Cruz e o Capital: as corporações de ofícios após a chegada da família real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008. Procuramos manter as citações como na versão original, incluído os aparentes erros de edição e impressão, pois, apesar dos

A estrutura da obra merece alguns comentários. A trama toda realiza-se em Paris, na verdade, no subúrbio ou no *Fraibourg de Saint Antoine* (traduzido na obra por S. Antônio), onde o Monsieur Bruno havia se estabelecido como marceneiro e, posteriormente, dono de uma *fábrica de trastes*.<sup>22</sup> Após perder a mulher e os três filhos, vendeu a sua *fábrica* e passou a dedicar-se à benemerência. A instrução aos *desgraçados* passou a ser a única forma de Monsieur Bruno aplacar o seu sofrimento. A religiosidade e o sofrimento aparecem como as principais referências para entender a “ação política evangelizadora” em relação ao mundo do trabalho, que vai se associando ao “cenário” proposto.

Nesse “cenário”, o oficial chapeleiro João Miguel (*Jean Michel*) foi escolhido por Monsieur Bruno pelas qualidades e defeitos, pois tinha um “*coração excelente (...) mas hum caracter fraco e fácil*”, além disso, João Miguel possuía uma família com dois filhos, Francisco (*François*), contador de uma marcenaria, e Carlotta (*Charlotte*), que trabalhava como costureira, e a esposa Geneveva (*Geneviève*) que, aparentemente, não trabalhava, muito embora jogasse parte das economias da família na loteria.

Monsieur Bruno tinha, segundo o texto, uma posição condescendente em relação a essa família e a visitava algumas vezes. Em uma das visitas (a primeira, segundo o título original com que a obra foi publicada em 1819) encontrou João Miguel aflito, pois acabava de voltar da Santa Casa de Misericórdia, onde havia falecido, na maior miséria e abandonado pelos filhos, Pedro Gombaud (*Pierre*), que havia sido um hábil oficial tipógrafo. A morte desse amigo iniciou a “catequização” sobre a importância da necessidade de se poupar e guardar recursos para a velhice, pois, apesar da caridade da “*Santa Caza de Misericordia*”, isso não seria suficiente. Apesar de Monsieur Bruno reprovar o comportamento dos filhos, o principal culpado da situação de Gombaud seria o próprio, por ter sido improvidente e ainda não ter contribuído em nada com o enxoval da filha, quando esta iria se casar<sup>23</sup>.

Segundo o texto, na argumentação de João Miguel, as dificuldades que as classes mais pobres tinham de economizar os seus salários, iam para além da sobrevivência, ou em linguagem técnica da “reprodução dos custos do trabalho”. Em vários exemplos ao longo do

---

estudos de paleologia serem pouco avançados entre nós, entendemos que a construção e tradução de textos no início de nossa independência podem mostrar certas nuances do processo de construção de nossa identidade e ainda da realidade vivida pelos contemporâneos.

<sup>22</sup> No francês original, na primeira vez a oficina é mencionada como “*atelier de meubles*” ou “*oficina de móveis*” em uma tradução mais literal, na segunda vez, a expressão é “*fabrique de meubles*”, cuja tradução literal seria “*fábrica de móveis*”.

<sup>23</sup> Reparar que no original consta “*l’Hôtel-Dieu*” e que na tradução de Sigaud será “*Santa Casa de Misericórdia*”. A hipérbole adjetivação (Santa) aumenta a importância da instituição para o público leitor no Brasil.

texto, os “personagens” admitiam que podiam ter economizado parte de seus salários, somente não o faziam por desleixo ou por atividades *mundanas*. O oficial de chapelaria afirma, no início do texto, que poderia ter economizado “*ate seis francos por semana*”; sua esposa “*guardava perante si de vez em quando algum dinheiro*”; seu filho Miguel “*tambem [tinha] economizado (...) para empregar convenientemente as suas economias*”; a filha “*era facil fazer aquela economia sem alterar nada do que ella dava para a comida e sustento da casa*”<sup>24</sup>.

Também outros exemplos são dados, mostrando que trabalhadores urbanos e rurais tinham condições de contribuir para a previdência caso passassem a economizar. Em dada passagem do texto Monsieur Bruno diz

**Descemos ainda maisbaixo:** procuramos hum **jornaleiro** com sua **enxada**, olhamos para hum **trapeiro** e sua mulher trazendo o cesto as costas e com o gancho na mão remechendo as lamas. Qualquer que seja a miseria de taes profissões. Podem elles com tudo conseguir a fazer huma economia de hum pouco menos de hum soldo por dia; então depois o decurso de quarenta annos, o marido e a sua companheira terão juntos hum cabedal de 2;166 francos, com que podem ser admitidos em hum estabelecimento de caridade publica no qual acharão o socego, a independencia e huma velhice isenta de necessidades<sup>25</sup>.

Assim, os impedimentos à poupança dos trabalhadores seriam “*A ocasião, a venda, os amigos, hum dia de galla, a vaidade da sua mulher, o diabo he sempre alli presente para a tentação*”<sup>26</sup>.

Outras questões levantadas por João Miguel para a dificuldade dos pobres em poupar davam-se por razões morais: o ato de guardar dinheiro em casa podia despertar a desconfiança de *avareza* na vizinhança, ou ainda pior, a cobiça e o roubo como teria acontecido com o irmão lavrador de João Miguel, que havia economizado dinheiro em casa para comprar um terreno e quase havia sido assassinado por ladrões. Tanto no campo como na cidade “*O pobre he tão infeliz em emprestar o seu dinheiro como em esconde-lo*”<sup>27</sup>. Os empréstimos também não seriam uma boa escolha, pois além dos riscos da inadimplência serem altos, havia sempre a pecha de *usurário* que recairia sobre os emprestadores.

Percebemos aqui que, segundo Lémontey, as dificuldades de se economizar ainda se relacionavam a uma sociedade em que, embora cada vez mais centrada no mercado, existiam aspectos não-capitalistas, tantos sociais quanto religiosos e morais que impediam ou dificultavam tais comportamentos. Outras concepções de privacidade, a circulação de

<sup>24</sup>Lemontey / Sigaud, op. cit., respectivamente nas páginas 06,17, 28 e 11.

<sup>25</sup>Idem, p. 13.

<sup>26</sup>Idem, p. 7

<sup>27</sup>Idem, ibdem.

informações em um ambiente restrito e um forte sentimento de vigilância social imperavam tanto nos *frabourgs* quanto no campo.

Por outro lado, as condições de vida dos operários franceses no início do século XIX não eram francamente tão boas quanto descritas por Lémontey. Poucas décadas antes, as condições de vida dos aprendizes de tipógrafos eram deploráveis, se dermos crédito ao relato de Robert Darnton no seu *O Grande Massacre dos Gatos*. Muito embora Darnton descreva a situação dos tipógrafos franceses em meados do século XVIII e o personagem de Pierre Gombaud se refira a um oficial tipógrafo em início do século XIX, certas passagens da obra nos dão conta das dificuldades que essa categoria de operários especializados sofria em Paris: “Durante a segunda metade do século XVIII as grandes gráficas, apoiadas pelo governo, eliminaram a maioria das oficinas menores e uma oligarquia de mestres assumiu o controle da indústria. Ao mesmo tempo, a situação dos empregados se deteriorou”<sup>28</sup>.

O autor nos lembra ainda do clima de cisão que havia entre os proprietários e os trabalhadores quando traz o relato de um aprendiz de tipografia que dizia que “*Operários, aprendizes, todos trabalham. Só os patrões e as patroas gozam a doçura do sono*”.<sup>29</sup> Aparentemente, as condições de trabalho não haviam mudado muito nestes anos e, se pensarmos no contexto da Revolução Francesa e no período conflituoso que se seguiu, podemos até projetar uma piora nas situações de vida e trabalho.

Rememorando os estudos sobre os preços dos alimentos, os custos da mão de obra e outras estatísticas econômicas levantadas principalmente pelos estudos de Labrousse, vemos a difícil conjuntura pela qual a França passou no período pré-revolucionário e mesmo depois, no início do século XIX, como nos fazem ver as obras de escritores franceses como Vitor Hugo.

Aparentemente, o texto de Lémontey é uma “solução fabulada” construída a partir de seu livro *Raisons, Folie...*, particularmente da parte “*Influence morale de la division du travail, considérée sous le rapport de la conservation du gouvernement et de la stabilité des institutions sociales*”. Não seria os baixos salários a questão principal da deterioração das condições de vida dos trabalhadores, mas a “falência moral” propiciada pela divisão do trabalho e repetição excessiva que acabaria por *aprisionar o espírito* dos trabalhadores.

---

<sup>28</sup> DARNTON, Robert. “Os Trabalhadores se Revoltam: O Grande Massacre de Gatos na Rua Saint-Séverin”. In: \_\_\_\_\_. *O Grande Massacre de Gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. São Paulo: Graal, 2011, p. 108.

<sup>29</sup>Lémontey / Sigaud, op. cit., p. 113.

De todo modo, na ação modeladora proposta pelo *Homem Bemfazejo* a Caixa Econômica permitiria a “solução” de todos os problemas levantados acima. Após a primeira conversa entre Monsieur Bruno e João Miguel, temos a segunda visita quando, com grande pompa, o mesmo anuncia a família que a filha do casal, Carlotta, iria se tornar capitalista (*capitaliste*) para surpresa de todos. Monsieur Bruno anunciava a recém-criada Caixa Econômica na “*Rue de Richelieu nº 104*”<sup>30</sup> que, garantida pelo Estado ou sancionada pelo Rei, pagaria juros para aqueles que juntassem quantias acima de 12 francos, exatamente a quantia que ele havia depositado para a jovem Carlotta.

A Caixa Econômica resolveria muito dos problemas “sociais” do ato da poupança, como a suspeita dos vizinhos, o roubo ou ainda incêndios. A ideia de vencer juros também despertava grande interesse nas classes populares que se tornariam credoras e não mais devedoras. Incrédulos, os familiares de João Miguel acercaram-se de Monsieur Bruno que, pacientemente, fez diversos cálculos sobre as quantias que poderiam ser guardadas na Caixa Econômica no prazo de 1, 5, 10, 30 e 40 anos.

Essa “revolução” não se dava senão pela benemerência dos *homens bemfazejos* que administrariam *gratuitamente* tal instituição para o bem comum. A palavra revolução aparece aqui fortemente deslocada, na verdade, a motivação para tal criação se encontraria no passado, na predisposição moral dos *nobres* homens *ricos* e na Santa Religião. Ou nas palavras de Lémontey:

A beneficencia dahum prazer vivo e verdadeiro. Ella impedio que Mr. Bruno morresse de disgosto. Ella procura aos ricos hum goso cujo nunca se cansão; ella dá no mundo huma certa consideração, e quando elles se despedem d’esta vida qual cousa levão então comsigo? Nada, senão as boas acções que fizerão. Assim, não admiramos encontrar homens bemfazejos, e agradecemos a nossa Santa Releição [*sic*] que lhes inspira tão poderosos motivos de boas obras<sup>31</sup>.

No contexto contrarrevolucionário da França e ainda na construção de um liberalismo romântico, os avanços sociais possíveis se dariam a partir do resgate dos aspectos positivos do passado. Apesar da obra fundante do pensamento de Lémontey em relação ao trabalho assalariado ser de 1801, a publicação da novela deu-se no governo restaurador de Luís XVIII – e não no reacionário de Carlos X. As tentativas de adequar-se às modificações sociais operadas pelo rápido avanço das relações capitalistas e à conjuntura política da

<sup>30</sup>Idem, p. 29.

<sup>31</sup>Idem, p. 16. Reparar que no original em francês o termo usado é “*prestar homenagem a religião*” (“*et rendons hommages à la religion*”) e não “*agradecemos a Santa Religião*”, apesar de ser uma tradução possível, ela (a tradução) certamente exagera o aspecto religioso, mais adequado a um catolicismo luso ou do padroado no Brasil e já usado pelo tradutor Sigaud quando falava da “*Santa Casa de Misericórdia*”.

restauração dominam o discurso de Lémontey, incluindo a ideia de pacto social positivo e ainda de uma ação moral e modernizante da monarquia.

Em uma passagem da obra encontramos essa situação de transição assim descrita “*Cumpre unicamente a V. M. [Vossa Majestade] como a cada cidadão frances o mesmo ao mais pobre, de ser hum dia capitalista*”<sup>32</sup>. O capitalismo na França entrava pelas mãos da monarquia restaurada. Os investimentos da Caixa Econômica viriam da compra de títulos da dívida pública juntando as economias dos seus sócios e comprando títulos de 50 francos, dividindo os rendimentos proporcionalmente aos investimentos feitos.

Ainda sobre o pensamento religioso dos nossos “personagens”, vemos que o médico Sigaud ajudou na fundação da Associação Paternal em 1843 no Brasil, a exemplo da sua congênere criada em Lyon, cidade natal de nosso tradutor<sup>33</sup>. Assim, a Monarquia (no novo formato de Império) e a Religião restauradas pelos novos princípios ajudariam a enfrentar os males sociais provocados pelas mudanças na sociedade, do Brasil e da França.

A Caixa Econômica teria assim uma função de poupança, mas também e, principalmente, regeneradora dos trabalhadores franceses. Os pequenos vícios da população e as fraquezas de caráter seriam facilmente corrigidas pelo disciplinamento voluntário promovido pelo ato de poupar que acometeria os trabalhadores então.

Nesse sentido, a novela continua descrevendo o impacto que a oferta de Monsieur Bruno provocou na família, como na mãe, Genoveva, que até então guardava uma quantia semelhante para jogar na loteria, acabou depositando o dinheiro na Caixa Econômica e confessou a família que nunca mais faria apostas.

O pai ficou pensativo e esperançoso e passou a economizar o dinheiro que gastava nas tavernas e em aguardente. No dia seguinte também foi criar sua poupança e passou a se sentir melhor. Antes, relata Lémontey, João Miguel gastava todo o rendimento da sua segunda-feira de trabalho nas tavernas e rinhas, chegava para trabalhar na terça com cansaço e vivia sem dinheiro, em pouco tempo passou a se sentir melhor, ter “*mais dinheiro que lhe precisara ou tinha ocasião de gastar*” e a ficar mais em casa<sup>34</sup>.

Outro episódio reforça ainda mais essa regeneração moral que a poupança propiciaria aos contribuintes. Voltando do trabalho em certo dia, João Miguel deparou-se com uma confusão à porta de um *botequim* e como “*era filho de Paris e bastante curioso*”

---

<sup>32</sup>Idem, p.8.

<sup>33</sup> Cf. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil...* op. cit.

<sup>34</sup>Lémontey / Sigaud, op. cit., idem, p. 20.

<sup>35</sup>entrou para saber do que se tratava. O Comissário de polícia logo chegou e se dispôs a levar presos todos os que lá estavam. Como estavam sem documentos, o que “salvou” Miguel foi o recibo de depósito que havia feito na Caixa Econômica. Ao entregar ao Comissário foi liberado por este com o seguinte aviso: “*este homem he economo e pensa ao futuro; nunca tenho encontrado semelhante gente nas rusgas e nos motins, voltai, meu amigo, para a casa de vossa mulher e de vossos filhos e d’aqui adiante unicamente sejais hum pouco menos curioso*”<sup>36</sup>.

Mas a transformação mais significativa operada pela Caixa Econômica deu-se na terceira visita de Monsieur Bruno a casa de João Miguel. Na ocasião o filho mais velho Francisco chegou anunciando que havia escolhido casar-se com Maria Pinson (*Marie*). Francisco, segundo o relato da mãe, estava dividido entre duas moças, a bonita Victoria Girod (*Victoire*) que era serideira e a brunidora Maria Pinson, a quem faltava no texto os atributos de beleza, além de ser orfã.

O que fez a escolha de Francisco recair sobre a segunda é que na manhã desse dia havia ido ao *Monte Pio (Mont-de-Piété)* resgatar o seu relógio de prata que estava empenhado há cerca de um mês para que ele pudesse ir a uma festa em companhia de Mademoiselle Victoria. Ao chegar ao Montepio, percebeu que Victoria estava lá na companhia de uma amiga, empenhando algumas rendas para conseguir um par de brincos e ir no domingo a Sala de Danças.<sup>37</sup> Após resgatar o seu relógio e dirigir-se à Caixa Econômica, Francisco encontrou no caminho Maria Pinson que para lá também se dirigia, era a “*quarta vez que ella vinha depositar ali o fructo de sua vida laboriosa e de seus bons costumes*”<sup>38</sup>. A reflexão foi rápida e a escolha também, entre a *frívola e dissoluta* Victoria Girod e a *laboriosa e precavida* Maria Pinson.

Segundo o sentido moral da “fábula” de Lémontey, os trabalhadores poderiam ter os seus rendimentos aumentados pela poupança, aliados à regeneração moral propiciada e

---

<sup>35</sup>Idem, p. 21. O termo original em francês era *Boutique* que pode também ser traduzido como *Loja*. No sentido da obra de Lémontey e ainda na realidade do Rio de Janeiro no período, o termo *botequim* se adaptou melhor.

<sup>36</sup> Idem, ibidem.

<sup>37</sup> Outra diferença da tradução é que em francês o original apenas faz referência a dança (“*à ladance*”), na tradução de Sigaud o termo “*sala de dança*” pode ter sido adotado para diferenciar das danças populares realizadas nas ruas do Rio de Janeiro, o que daria a atitude de Victoria uma frivolidade ainda maior, a ponto de aproximá-la dos escravos e vadios. Sobre o contexto das festas e danças populares no início do século XIX cf. ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

<sup>38</sup>p. 30.

estimulada pelos *homens bemfazejos*. Na ocasião da última visita, há outros relatos edificantes que o ato de poupar propiciava às classes laboriosas.

Monsieur Bruno contou que o oficial de marcenaria para quem havia vendido sua *fábrica*, Monsieur Delorme, havia sido procurado pelos seus trabalhadores que solicitavam que parte dos seus salários fosse automaticamente depositada na Caixa Econômica. Monsieur Delorme recusava-se a adotar tal prática, temendo ser acusado de coação, ao que os funcionários insistiam e “*lhe rogavão encarecidamente de os proteger contra sua propria fraqueza*”<sup>39</sup>.

A solução encontrada por Monsieur Delorme foi de confirmar individualmente com cada um no final do mês, além disso, o patrão sensibilizado pela atitude declarou que iria contribuir com cada empregado que fizesse poupança, depositando anualmente o valor de um mês de contribuição feita pelos mesmos. A comemoração mostrava que a “*fabrica parecia huma mesma familia e garantião a prosperidade do estabelecimento*”<sup>40</sup>.

O cálculo capitalista do patrão aparece explicitamente no texto de Lémontey, na voz de Monsieur Bruno, segundo ele(s) a prosperidade dos empregados seria também revertida para o bom funcionamento do estabelecimento. Tal exemplo deveria servir para os “*chefes de todas as oficinas*”. Monsieur Bruno contava ainda que o filho de seu aguadeiro iria se casar com seu patrocínio de 50 francos depositado na Caixa Econômica, ou que havia “curado” a embriaguez do seu porteiro prometendo-lhe dobrar os depósitos realizados na mesma<sup>41</sup>.

A Caixa Econômica surgia também como uma novidade, um novo tipo de associação em que o receio de uma caridade que se esgotasse individualmente na *intemperança* e na *preguiça* seria substituído pelos bons exemplos e pela transformação do próprio trabalhador. Ao final do texto, Monsieur Bruno/Lémontey terminam dizendo que a Caixa Econômica diferenciava-se do Monte Pio ou das Caixas de *Rendas Vitalícias* porque as primeiras somente ajudavam as pessoas no momento do Hospital (ou seja, em doenças e na morte) e as últimas somente davam uma renda mensal ao indivíduo e não a família. A modernidade da instituição combinava-se com a tradição familiar a ponto de, segundo Monsieur Bruno / Lémontey, dever ser chamada de *Caixa Paterna* ou *Caixa da Providência*.

---

<sup>39</sup>Idem, ibdem.

<sup>40</sup> Idem, p. 25.

<sup>41</sup>Idem, ibdem.

A diferença entre dois tipos de ações e de associações aparece também no pensamento de Sigaud, em texto publicado por ele pouco depois (1835). Nas *Reflexões sobre o trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro*, o médico recomendava a criação de uma Casa de Saúde nos arredores da cidade do Rio de Janeiro e a diferenciava do Hospital da Misericórdia. No Hospital, os doidos seriam trancafiados em *Gaiolas Humanas* e sofreriam todo o tipo de violência e escárnio público, já na Casa de Saúde eles estariam em um ambiente arejado, cuidados por *médicos caritativos* e funcionários especializados, ou, nas suas palavras: “O tratamento dos maníacos no Hospital da Misericórdia é uma obra de **misericórdia**, e nós reclamamos uma obra de **filantropia**. Há entre estes dois atos da **caridade** uma linha de demarcação bem pronunciada”<sup>42</sup>.

Essa indicação é bastante interessante, a filantropia aproximava-se mais de um caráter científico, moderno, como o proposto na Caixa Econômica e em uma Casa de Saúde, mais adequado aos novos tempos, enquanto a caridade simplesmente se aproximaria de práticas corriqueiras, mas socialmente pouco satisfatórias. Renovar a partir das tradições é aparentemente o mote que conduz parte desse pensamento ilustrado brasileiro e francês no início do século XIX.

Quanto aos estatutos propostos para a criação da Caixa Econômica, eles eram muito parecidos com vários estatutos propostos no país à mesma época em diversas instituições, particularmente para os da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, que tinha sido fundada ainda em 1832, conforme veremos.

Composto por três títulos (I. *Da Caixa Economica, e suas operações*; II. *Dos Accionistas* e III. *Da Administração*) e 21 artigos, tratavam de maneira genérica das regras de funcionamento, dos direitos dos acionistas e da administração da instituição. No título I determinava-se que a Caixa seria criada quando 60 acionistas fossem reunidos (art. 2º), seriam nomeados na reunião fundadora 6 tesoureiros e 6 secretários (art. 3º). Os estatutos não determinavam algum local de funcionamento, mas afirmavam que as reuniões deveriam ocorrer “*todos os Domingos das nove da manhã até a huma da tarde*” (art. 5º)<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Sigaud publicou esse texto no *Diário de Saúde – ou efemérides das ciências médicas e naturais do Brasil*, Rio de Janeiro, n.1, p. 6-8, abr. 1835. O texto foi republicado na *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol. VIII núm. 3, septiembre, 2005, pp. 559-562. ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE PESQUISA EM PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL. São Paulo, Brasil, Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2330/233017541014.pdf>>. Acesso em: 07 marc. 2014.

<sup>43</sup> A proposta da Reunião aos Domingos obviamente desperta algumas questões, inicialmente podemos pensar na necessidade de se reunir os trabalhadores no único dia em que estes não trabalhassem. Ao mesmo tempo, a ideia

Os artigos 6º, 7º e 8º diziam que os capitais reunidos deveriam ser aplicados somente em Apólices da Dívida Pública, que os juros deveriam ser repartidos entre os acionistas de 6 em 6 meses e, ainda, que os juros começariam a ser contados depois do primeiro mês do depósito. Isso se aproxima da maior parte das instituições associativas criadas nesse período, como, por exemplo, o *Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado* criado em 1835 e que até 1917 somente investiu os recursos arrecadados em títulos públicos do governo imperial e depois federal<sup>44</sup>.

No título II (*Dos Accionistas*) vemos que a Caixa aceitaria quaisquer indivíduos, independente de sexo, idade ou condição, entretanto, as mulheres casadas, os menores e os escravos somente poderiam ser aceitos com a autorização dos maridos, dos pais e dos senhores (art. 1º). Se na obra *O Homem Bemfazejo* a esposa Genoveva, a filha menor Carlotta e mesmo a órfã Maria Pinson podiam depositar livremente suas economias, Sigaud adaptava os Estatutos à realidade brasileira, pois a questão das esposas, filhos menores e cativos ainda seguia as *Ordenações Filipinas* (na ausência de um código civil que somente seria promulgado no Brasil em 1917) e porque sobre essas condições sociais a constituição do Império do Brasil nada dizia.

No artigo seguinte (2º) determinava-se que os depósitos não poderiam ser inferiores a um tostão (cerca de 80 réis) ou superior a 10\$000 (dez mil réis), à exceção do primeiro depósito que poderia ser de até 100\$000 (cem mil réis). Os demais artigos (3º, 4º e 5º) regulavam o direito dos acionistas em retirar as quantias guardadas ou os seus rendimentos, desde que avisassem com 8 dias de antecedência; além disso, os acionistas receberiam gratuitamente uma caderneta na qual seu nome e condição seriam lançados, bem como a quantia inicial depositada. A posse de um bem material que identificasse os “poupadores” possuía grande importância na obra de Lémontey, como visto no episódio da confusão no Botequim onde a posse da caderneta “salvou” João Miguel de ser levado preso pela polícia.

Aqui podemos perceber que o próprio formato *In 32*, com cerca de 8 por 4 cm da publicação servia para reforçar a ideia de “*caderneta*”. No Brasil, até a expansão do sistema bancário, a popularização dos cartões magnéticos e dos terminais de autoatendimentos nas duas últimas décadas, o uso das cadernetas de poupança, bem como das carteiras de trabalho

---

de disciplina dos trabalhadores no único dia de descanso parece interessante para apontar a regeneração proposta pela obra e a visão que se tinha dos trabalhadores.

<sup>44</sup> PEREIRA, Alfredo Leal de Sá. *Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado – Ligeiro Resumo de seu primeiro centenário 1835-1935*. Rio de Janeiro (reeditado): Jornal do Comércio, 1952.

(com formatos similares ao *In 32*), identificavam os trabalhadores, sendo diversas vezes utilizadas como cédulas de identidade e, principalmente, de idoneidade por parte dos seus portadores, diferenciando-os dos demais grupos populares como vagabundos, mendigos, bêbados, prostitutas, doidos, etc<sup>45</sup>.

Na última seção, relativa à *Administração*, vemos as regras de funcionamento da Caixa Econômica que se queria fundar. A Caixa seria administrada por uma assembleia de 60 acionistas, um tesoureiro e um secretário (art. 1º). Entre os acionistas, 30 seriam escolhidos entre àqueles com maiores depósitos e os outros 30 livremente pelo universo total dos acionistas (art. 2º). Haveria duas reuniões anuais (fevereiro e agosto) em que a assembleia dos acionistas verificaria as contas e prestações do secretário e tesoureiro e faria as alterações necessárias no estatuto, além de nomear os 6 tesoureiros e 6 secretários que serviriam em cada semestre (art. 3º). Em cada mês, a Caixa seria administrada por um tesoureiro e um secretário, sendo a ordem definida pela assembleia dos acionistas de acordo com os votos recebidos nas duas sessões anuais (art. 4º, 5º e 6º). Aos secretários e tesoureiros competiam a administração cotidiana da Caixa (art. 7º e 8º) e, entre as funções do tesoureiro, havia ainda a possibilidade de receber as doações (dádivas), devendo ainda passar recibo ao doador (art. 7º).

Esse último ponto estava em consonância com outras associações mutuais da época que recebiam doações das pessoas “gradas”, como, por exemplo, o *Montepio Casa dos Artistas de Salvador* (fundado em 1852) e a *Casa Montepio dos Artistas Cachoeiranos* (1874), conforme alguns estudos anteriores demonstram, ou seja, mesmo se propondo a ser uma Instituição de “novo tipo” por se diferenciar dos montepios, por exemplo, a Caixa Econômica por reunir trabalhadores “simples” aceitaria doações dos *homens bemfazejos*<sup>46</sup>.

Como também já observamos anteriormente, não encontramos os Estatutos originais da Caixa Econômica fundada no Rio de Janeiro em 1832, porém em notícias publicadas na Imprensa, temos a sensação de que as regras de funcionamento seriam bem

---

<sup>45</sup> Conferir novamente o texto que Sigaud escreveu *Reflexões sobre o trânsito livre dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro* em 1835, a descrição das ruas do Rio de Janeiro ressalta a grande presença de mendigos, andrajosos, bêbados, doidos que, por uma questão de higiene pública, seria necessário separar e tratar seletivamente. Sobre a importância simbólica da Carteira de Trabalho para o século XX cf., por exemplo, GUIMARÃES, Nadya Araujo. “O que muda quando se expande o assalariamento (e em que o debate da Sociologia pode nos ajudar a compreendê-lo)?” *Revista Dados*, publicação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 533-567, 2011.

<sup>46</sup> Sobre doações a montepios, cf. SILVA, Maria Conceição Barbosa Costa e. *O Monte Pio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1998 e ALMICO, Rita de Cássia da Silva; SARAIVA, Luiz Fernando. “Sociedade Montepio dos Artistas: pecúlio e auxílio mútuo numa sociedade do Recôncavo da Bahia”. *Congresso Internacional de Cajas de Ahorros*, Múrcia: Editora da Universidad de Múrcia, 2008.

Outros Tempos, vol. 11, n.18, 2014 p. 208-232. ISSN:1808-8031

semelhantes. Primeiro vemos na notícia de 27 de janeiro de 1834, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, uma convocação para a reunião *ordinária* entre os acionistas no dia 1º de fevereiro, seguindo a lista de 60 sócios eleitos “*de acordo com o estatuto*”.

Já a convocação feita em 16 de julho de 1835, no mesmo jornal, convoca os 30 maiores acionistas para que pudessem ser escolhidos os outros 30 representantes. Outra notícia, em 1836, dizia quase a mesma coisa: “em observancia do Tit. 3º, Art. 2º dos Estatutos da Caixa Economica, se convida aos 30 Srs. maiores accionistas (...) para nomearem os outros 30 com que elles devem formar a Assembléa Geral” (*Diário do Rio de Janeiro*, 20 de Janeiro de 1836).

Se voltarmos aos estatutos do *Homem Bemfazejo*, vemos que era exatamente o Artigo 2º da seção III (ou *título 3º*) que regulamentava a Assembleia Geral composta por 60 acionistas. Em 10 de fevereiro de 1836, o *Diário do Rio de Janeiro* publicou em seu nº 8 a lista dos 6 tesoureiros e 6 secretários que comporiam o *Conselho Administrativo* da Caixa para o semestre.

Nessas várias notícias, percebemos sempre que os nomes dos tesoureiros e secretários se alteram, o que sugere o revezamento dos acionistas no controle da Caixa Econômica. Por último, as reuniões das assembleias eram realizadas sempre de 6 em 6 meses, o que também aparecia nos estatutos sugeridos pela publicação.

Se relacionarmos que a época da publicação do livro é a mesma da fundação da Caixa Econômica (1832) e, ainda, as semelhanças entre os “estatutos”, podemos inferir que nossos “personagens” sediados no Brasil (Sigaud e Plancher) devem ter tido uma participação ativa não só na publicação do livro, mas também na própria criação da Caixa Econômica do Rio de Janeiro. O livro seguiria então estratégia semelhante à publicação original de Lémontey, em Paris (1819), uma publicação de caráter moral e propagandístico para fortalecer a adesão à “causa”.

Procuramos entre as listas dos acionistas da referida caixa os nomes de Sigaud e Plancher e não encontramos. Isso não quer dizer que, necessariamente, eles não participaram de sua criação, visto que as listas traziam somente os 30 ou 60 acionistas da assembleia geral. Ao mesmo tempo, encontramos no jornal *Correio Mercantil* de 31 de julho de 1833 a indicação de que o filho de Plancher, Emílio Seignot Plancher, participava como acionista e estava sendo convocado para uma reunião ainda em agosto.

No ano de 1834 vemos publicado, novamente no *Diário do Rio de Janeiro*, um texto que ocupa a primeira página inteira da edição explicando a importância das Caixas Econômicas que cresciam pelo *mundo* (ou em especial na França e na Inglaterra). A matéria chamava atenção para a importância dos estudos sobre estas instituições e a precocidade da criação da Caixa no Rio de Janeiro:

O estabelecimento da Caixa Economica no Rio de Janeiro tem ja produzido tanta utilidade, e promete para o futuro tantas vantagens, que tudo aquillo que tiver relação com semelhantes estabelecimentos em outros paizes, deve causar grande interesse aos Brasileiros, e principalmente aos Fluminenses, que tiveram a gloria de **serem os primeiros a crearem a Caixa Economica** (nº 15, 19 de agosto de 1834, grifos nossos).

A matéria relacionava ainda o crescimento das caixas econômicas a “*lições de huma grande moralidade (...) Assim as Caixas Economicas são hum verdadeiro themometro, que sobe com a paz publica, e que desce quando apparece a desordem*”. Ou seja, argumentos muito semelhantes aos que encontramos no livro.

### **Algumas considerações finais**

De certa forma, o pouco sucesso da publicação do *Homem Bemfazejo* pode ser explicado por algumas contradições, entre elas de ser uma leitura moralizante, voltada para o público *laborioso*, ou de trabalhadores artesãos, artífices ou artistas, como se dizia na época, enquanto a leitura de novelas concentrava-se nas classes proprietárias e escravistas, por opção ou por condição. Na sociedade brasileira fortemente etnicizada e com grandes distinções sociais, havia fortes clivagens entre os grupos populares e os setores “instruídos”, separação essa muito fortemente reforçada pela escravidão.

Por outro lado, as novelas eram associadas a um público predominantemente feminino, o que diminuiria ainda mais o número de leitores interessados em tal obra. A falta de emoção da narrativa de Lémontey, associada ao “enredo” excessivamente simples do livro, não o recomendava como obra de estilo ou divertimento como as obras satíricas, anedóticas ou polêmicas que muitas vezes o próprio Plancher publicava em sua Tipografia e que tinham grande procura, segundo as notícias publicadas nos diversos jornais da Corte<sup>47</sup>.

Se a publicação não foi um “sucesso editorial”, o contexto em que o país vivia, no entanto, aproximava-se das “soluções” propostas pelos seus autores/editores. O Brasil assistiu

---

<sup>47</sup> NEVES, “As Belas Letras”... op. cit.

Outros Tempos, vol. 11, n.18, 2014 p. 208-232. ISSN:1808-8031

na 1ª metade do século XIX ao surgimento de várias instituições mutualistas de variados tipos, mas que se diferenciavam das “antigas” Santas Casas de Misericórdias e Irmandades Leigas, tão comuns no período colonial.

Os conflitos sociais e políticos das conturbadas décadas de 1820 e 30 podem ter atrasado ou, ainda contraditoriamente, contribuído para o surgimento de várias dessas instituições, entre elas temos em 1827 o surgimento do *Montepio do Exército*; em 1832, da *Caixa Econômica do Rio de Janeiro*; em 1834, da *Caixa Econômica da Cidade da Bahia*; em 1835, o já citado *Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado*, entre outras<sup>48</sup>.

Pelos esparsos dados demográficos que existem, a cidade do Rio de Janeiro teria em 1821 por volta de 112.695 indivíduos, sendo que 79.321 moravam nas freguesias urbanas. Desses 43.139 eram livres (ou 54% do total de moradores urbanos). Esse número saltou para 137.708 habitantes em 1838, sendo poucos mais de 45% de escravos.

Já em 1849, quando os dados têm um pouco mais de qualidade, a cidade teria por volta de 266.466 habitantes. O Rio de Janeiro teria assistido então a um crescimento da ordem de 138% de sua população entre 1821 a 1849. A cidade teria 110.602 cativos, ou cerca de 41% da população total. Destes, cerca de 65.591 eram homens e 45.011 mulheres. A maior parte dos escravos era de africanos (66.000) ou 24% da população total e quase 60% dos municípios. Conforme já amplamente visto pela historiografia, o revigoramento do tráfico nas décadas anteriores havia despejado abundantemente no país e na cidade milhares destes. A lei do fim do tráfico de 1831 havia obstaculizado, mas não encerrado e, mais importante ainda, colocado na pauta do debate político a questão de como seria a composição do “povo” brasileiro nos anos futuros.

Em 1849, os homens e mulheres estrangeiros “livres” eram cerca de 37.924 dessa população ou 14% do total e 24% se avaliarmos somente os “não escravos”. Não temos dados precisos do crescimento do número de imigrantes para o Rio de Janeiro, mas obviamente a proporção destes aumentou muito desde o início do século com a vinda da família real, a abertura dos portos e o processo de independência.

Essa população livre/escrava e urbana desenvolvia atividades creditícias de várias naturezas. Carlos Valência Villa identificou para o período de 1840 a 1856 um total de 461 transações do que ele denominou de “pequeno crédito”. Essas transações variavam entre 200\$000 e 800\$000 em média e envolveram o montante de 30:000\$000 somente para o ano

---

<sup>48</sup> Sobre uma primeira aproximação do contexto de criação de instituições mutualistas de crédito no século XIX ALMICO, “Sociedade Montepio dos Artistas”..., op. cit.

Outros Tempos, vol. 11, n.18, 2014 p. 208-232. ISSN:1808-8031

de 1856. O mesmo autor também conseguiu determinar uma importante participação de parcelas da população cativa nas atividades comerciais e ainda creditícias, sendo significativo o número de alforrias conseguidas mediante empréstimos e pagamentos e em diversos arranjos entre escravos, ex-escravos, senhores e homens livres “comuns”<sup>49</sup>.

Joseph James Ryan Jr., em outro estudo sobre o crédito no Rio de Janeiro entre 1820 a 1900, identificou uma mostra de 982 transações nos cartórios da cidade de variadas naturezas para um período próximo de nosso estudo (1821-1850). Esse mesmo autor estima que a participação do capital bancário nos empréstimos de dinheiro no Rio de Janeiro não passou de 2% até a década de 1850<sup>50</sup>.

A importância dessas transações de crédito é para entendermos que, mesmo em uma sociedade escravista (ou justamente por ser uma sociedade escravista), “inserida” nos fluxos do crescente comércio internacional, as necessidades monetárias afetavam aos diversos estratos da população. Também nessa sociedade, o trabalho se transformava e levava novas questões a serem respondidas.

Ao contrário de pensarmos que essas associações criadas na década de 1830 eram contraditórias a um país escravista como o Brasil, podemos pensar em outra “explicação”: elas (as diversas associações, incluindo a Caixa Econômica do Rio de Janeiro) expressavam de diferentes maneiras a forma como os contemporâneos assistiam e pensavam a sociedade em que viviam e nos ajudam a complementar esse “cenário”. A publicação do livro *O Homem Bemfazejo...* pode ser entendida como uma “janela” desse processo e que nos permite vislumbrar alguns “lados” dessa questão.

De um lado, uma parcela significativa de indivíduos, aqueles tidos como cidadãos, ou seja, proprietários em vários níveis (de terra, terrenos, escravos, etc), com algum grau de acesso à educação formal e o olhar voltado principalmente para a Europa, mais especificamente ainda a França e a Inglaterra; de outro lado, um grupo de estrangeiros (com ênfase aqui nos franceses), com ocupações diversas, mas normalmente ligadas as atividades urbanas e/ou intelectuais (livreiros, editores, tipógrafos, médicos, artesãos especializados, soldados, etc) que fugindo da Europa por perseguições políticas, ou atrás de fortuna, refletiam

---

<sup>49</sup>VILLA, Carlos Eduardo Valência. *Economia autônoma dos negros livres e formação do mercado no contexto da abolição: Estudo comparativo entre Rio de Janeiro e Virgínia no século XIX*. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

<sup>50</sup>RYAN, Joseph James (Jr). *Credit where Credit is Due: Lending and Borrowing in Rio de Janeiro, 1802-1900*. (Tese de Doutorado), Los Angeles: University of California, 2007.

os anseios de economia em avançado (e acelerado) estágio de desenvolvimento das forças de mercado.

Praticamente excluídos desse processo de pensar a nação, mas “pensados” pelos outros “lados”, temos o “Povo” brasileiro estudado por Gladys Ribeiro, multiforme e sem se identificar enquanto tal<sup>51</sup>. Homens e mulheres pobres e, portanto, não cidadãos, principalmente, mas não somente, por serem excluídos do acesso a propriedades e também à educação. Trabalhadores braçais, meio citadinos, meio rurais (mas sem poderem ser considerados como autênticos camponeses) que não se adequavam à moderna sociedade industrial e às instituições pensadas pelos *Economistas Românticos* ou aos “pais” da nação recém-fundada.

Havia ainda, e em grande número, os escravos. Sujeitos ativos e passivos, chegados aos milhares nas últimas décadas da colônia e nas primeiras do Império, que atuavam em todas as atividades possíveis, incluindo manufaturas e nas *fábricas* que surgiam aqui e acolá. Para eles, também a “reforma moral” dos homens benfazejos fazia-se necessária.

---

<sup>51</sup>RIBEIRO, Gladys Sabina. “O desejo da liberdade e a participação política de homens livres pobres e de cor na Independência do Brasil”. *Cadernos do CEDES*. Campinas: Unicamp, v. 1, n.58, p. 21-45, 2003.